

O VEGANISMO COMO PRÁTICA POLÍTICA-IDENTITÁRIA DENTRO DA SOCIEDADE CIVIL GLOBAL

VEGANISM AS A POLITICAL-IDENTITY PRACTICE WITHIN GLOBAL CIVIL SOCIETY

Luane Alves Mattos¹

RESUMO

Nosso objetivo neste artigo é interpretar o ativismo vegano, estabelecendo como a prática política e identitária se conecta com as estratégias do movimento social global. Inicialmente, exploramos o surgimento do veganismo como organização, para depois introduzir as diversas formas de praticar, incentivar e globalizar o mesmo dentro da sociedade civil globalizada. Ao final, pretendemos mostrar a construção identitária dos veganos e como esta se relaciona com os atores sociais envolvidos no mercado neoliberal global.

Palavras-chave: veganismo; vegano; movimento social; identidade; sociedade civil global.

ABSTRACT

Our objective in this essay is to interpret vegan activism, establishing how political and identity practice connects with the social global movement's strategies. At first, we explore the emergence of veganism as an organization, and then introduce the different ways to practice, encourage and globalize it within the globalized civil society. At the end, we intend to show the construction of vegan identity and how it relates to the social actors involved in the global neoliberal market.

Keywords: veganism; vegan; social movement; identity; global civil society.

1 INTRODUÇÃO

Com esta pesquisa buscaremos entender o ativismo vegano, suas demandas e como os indivíduos interagem com as estratégias organizacionais do movimento. Para tanto, iremos iniciar pela fundamentação teórica, descrevendo o surgimento do veganismo como um grupo social organizado, usando a The Vegan Society como modelo, para o que depois será caracterizado enquanto movimento veganista, e, de fato, a primeira organização vegana do mundo. Em seguida, iniciaremos o debate foco deste estudo, o veganismo como prática política, contando com quatro subtópicos. O primeiro subtópico chama-se “especismo, direito dos animais e o abolicionismo vegano”, onde discorreremos sobre as demandas e apelos do movimento. Também neste tópico, será esclarecido termos essenciais para o entendimento dessas demandas, como abolicionismo e especismo. Logo após, aprofundaremos no subtópico “desenvolvimento e atuação dentro da sociedade civil globalizada”, dissertando sobre como a globalização influencia na disseminação, crescimento e execução do veganismo e da produção de animais. Para exemplificar visualmente, o trabalho traz algumas contribuições gráficas para análise da ampliação do movimento vegano e do consumo. Em seguida, iniciaremos o tópico “veganismo como fator identitário”, onde traremos contribuições teóricas sobre este tema. No último subtópico, o trabalho abordará “a importância da agenda ambiental

¹ Discente do Curso Relações Internacionais da Universidade La Salle - Unilasalle, matriculada na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II. E-mail: luane.mattos0209@unilasalle.edu.br, sob a orientação do Prof. Dr. Fabricio Pontin. E-mail: fabricio.pontin@unilasalle.edu.br. Data de entrega: 30 jun. 2022.

para o movimento civil globalizado”, exemplificando como a politização desta pauta foi essencial para a expansão do veganismo no presente século. Ao final, pretendemos estabelecer como a prática política se relaciona com questões de identidade dos indivíduos, além de pautar os diferentes exercícios de ativismo dentro da sociedade civil globalizada.

É perceptível a ascensão da pauta “veganismo” nas relações interpessoais, nos movimentos sociais organizados, no mercado e nas redes sociais. Segundo a The Vegan Society, a pesquisa no Google “vegan food near me”, traduzido para “comida vegana perto de mim”, cresceu mais de 5,000% em 2021.² Em consequência deste crescimento, o mercado para esta demanda também cresce exponencialmente. Junto com outros setores que cresceram durante a pandemia do COVID-19, o setor voltado para produção de alimentos plant-based teve significativos crescimentos, como relata o *Good Food Institute* no relatório “2021 U.S. Retail Market Insights – Plant-based foods”³, ou seja, informações do mercado de varejo – comidas à base de plantas. A venda de alimentos à base de plantas cresceu três vezes mais rápido do que as vendas totais de alimentos em 2021, além do crescimento de 74% nas vendas de carnes vegetais entre 2018 e 2021 (dados considerando o mercado estadunidense). Todos os dados apresentados até o momento são estadunidenses e europeus, mas o padrão também repete-se na América Latina. No Brasil, uma pesquisa realizada em 2021 pela IPEC – Inteligência em Pesquisa e Consultoria, à pedido da SVB – Sociedade Vegetariana Brasileira, mostra dados surpreendentes sobre as escolhas de consumo: 46% dos brasileiros deixam de comer carne, por vontade própria, pelo menos uma vez na semana. Ou seja, estas pessoas não necessariamente são vegetarianas ou veganas, mas buscam a redução do consumo de carne. É um dado realmente espantoso, considerando que a pesquisa deixa clara a condição “por vontade própria”, excluindo a probabilidade desta alta taxa estar atrelada a condicionamentos econômicos. A pesquisa tinha como objetivo entender as percepções da população brasileira sobre o vegetarianismo, fazendo com que esta mudança de consumo esteja provavelmente atrelada a fatores como: adoção de hábitos mais saudáveis, consciência ambiental, respeito aos animais, melhor qualidade de vida, etc. Uma parte desse universo são os milhões de adeptos da “Segunda Sem Carne”, campanha mundialmente conhecida pelo seu embaixador Paul McCartney, contando com a sua maior representatividade de campanha no Brasil.⁴ Além disso, uma pesquisa de 2018 mostrou que 14% da população declara-se vegetariana e, este número aumenta quando trata-se de regiões metropolitanas, como São Paulo, Curitiba, Recife e Rio de Janeiro, chegando ao percentual de 16% (IBOPE INTELIGÊNCIA, 2018). Este percentual representa um crescimento de 75% dos adeptos, se comparado à 2012, quando a população brasileira que se declarava vegetariana nas regiões metropolitanas era de apenas 8% (IBOPE INTELIGÊNCIA, 2018).⁵

Com base nas estatísticas apresentadas, nota-se a presença do veganismo em diferentes regiões, atingindo pessoas de variadas classes sociais e gerando impactos sobre os setores de produção. O debate é amplo, envolvendo diferentes visões teóricas, variadas interpretações, além de intersecções culturais e questões de identidade. Os indivíduos veganos abdicam do consumo de produtos advindos de origem animal ou que geram a exploração dos mesmos, como ovos, laticínios, mel, lã, couro, seda, etc. Através desta prática de boicote,

² THE VEGAN SOCIETY. **Worldwide growth of veganism**. Disponível em:

<https://www.vegansociety.com/news/media/statistics/worldwide>. Acesso em: 21 abr. 2022.

³ GOOD FOOD INSTITUTE. **Relatório publicado**: 2021 U.S. Retail Market Insights. Plant-based foods. P. 11

⁴ Segundo a Sociedade Vegetariana Brasileira, a campanha apresenta significativos impactos, considerando políticas públicas introduzidas em instituições de ensino e restaurantes populares. Disponível em:

<https://www.svb.org.br/2456-segunda-sem-carne-do-brasil-e-a-maior-do-mundo>. Acesso em: 24 jun. 2022.

⁵ Para fins de validação de diferentes fontes, para politização do tema, destaca-se também uma matéria da EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária sobre o tema. Disponível em:

<https://www.embrapa.br/visao-de-futuro/transformacoes-rapidas-no-consumo-e-na-agregacao-de-valor/sinal-e-tendencia/um-mundo-mais-vegetariano-flexitariano-e-vegano?>. Acesso em: 24 jun. 2022.

atuam politicamente excluindo - na medida do possível e praticável – os produtos em todas as esferas de consumo. Este artigo, para além de introduzir o ativismo individual dos praticantes do veganismo, visa analisar o movimento vegano sobre uma ótica da sociologia das Relações Internacionais e sua atuação na sociedade civil globalizada.

2 SURGIMENTO DO VEGANISMO COMO ORGANIZAÇÃO

O termo veganismo surge na Inglaterra, durante a II Guerra Mundial, em 1944. Havia a necessidade de um conceito para o grupo de pessoas que buscava a exclusão de todos os produtos de origem animal, além do consumo de carnes e de artigos não alimentícios. Anteriormente, estas pessoas se autodenominavam “*non-dairy vegetarians*” [vegetarianos não lácteos], foi então cunhado o termo “*vegan*”, que é marcado pelo início e o fim da palavra “*vegetarian*”. Desde 1847, existe a “*The Vegetarian Society*” [Sociedade Vegetariana], também fundada na Inglaterra. Esta organização permitia que seus membros consumissem ovos e derivados lácteos, focando seus esforços na eliminação de carnes. Entre 1909 e 1912, encontram-se nos jornais da Sociedade Vegetariana (*The Vegetarian Messenger*), as primeiras discussões sobre a inclusão ou exclusão de derivados de origem animal pelos membros da organização. Esta discussão se fazia presente no grupo antes e depois da Primeira Guerra Mundial, mas tinha tendência de definir a restrição alimentar como conhecemos hoje. (RIPENED BY HUMAN DETERMINATION, 2014)

O primeiro registro oficial da Sociedade Vegana foi realizado em agosto de 1964, como uma instituição de caridade. Em 1979, tornou-se uma companhia limitada. (THE VEGAN SOCIETY, 2022). A definição do termo veganismo foi sendo lapidada com o passar dos anos. Em 1988, a designação utilizada até os dias atuais foi definida – sofrendo ligeiras adaptações no decorrer dos anos:

[...] uma filosofia e um modo de vida que busca excluir - na medida do possível e praticável - todas as formas de exploração e crueldade contra os animais para alimentação, roupas ou qualquer outro propósito; e, por extensão, promove o desenvolvimento e uso de alternativas sem animais para o benefício de humanos, animais e meio ambiente. Em termos dietéticos, denota a prática de dispensar todos os produtos derivados total ou parcialmente de animais. (THE VEGAN SOCIETY, 2022, tradução nossa)

Na década de 1830, o termo ‘vegetariano’ indicava alguém que não consumia nenhum produto de origem animal, além de viver predominantemente de alimentos crus. Este vegetarianismo era comparável com a ideia do veganismo estabelecida em 1944. (RIPPED BY HUMAN DETERMINATION, 2014). A palavra parece ter sido usada pela primeira vez por pessoas associadas ao *Alcott House Concordium* em *Ham Common*, uma escola e comunidade fundada pelo místico James Pierrepont Greaves em 1838. A palavra “vegetariano” só veio para indicar uma dieta que incluía ovos e laticínios após a formação da Sociedade Vegetariana em 1847, mas embora a Sociedade Vegetariana permitisse que membros consumissem derivados animais, a designação não era bem definida. Ainda em 1886, Anna Bonus Kingsford, vice-presidente da Sociedade Vegetariana de Londres, disse que ela não era vegetariana porque “durante todo aquele período usei produtos animais como manteiga, queijo, ovos e leite”. (RIPPED BY HUMAN DETERMINATION, 2014, p. 2).

Assim, percebe-se que o veganismo e o vegetarianismo partiram de um mesmo ponto, com objetivos em comum, mas com diferentes abordagens. A *The Vegan Society* e a *The Vegetarian Society* seguem com suas atividades até os dias atuais, envolvidas em ações para influenciar, apoiar e aumentar o número de adeptos do veganismo e vegetarianismo, respectivamente. No Brasil, fundada em 2003, a Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB) promove a conscientização sobre os benefícios do vegetarianismo. Apesar da organização

utilizar o termo “vegetariano” em vez de “vegano”, a fundação ressalta que preconiza o vegetarianismo estrito, ou seja, a exclusão de todos os produtos de origem animal da alimentação. Através de ações, a organização articula a alimentação vegetariana como uma escolha ética, saudável, sustentável e socialmente justa (SOCIEDADE VEGETARIANA BRASILEIRA, 2022).

3 O VEGANISMO COMO PRÁTICA POLÍTICA

3.1 Especismo, direito dos animais e o abolicionismo vegano

Na década de 1970, o psicólogo britânico Richard D. Ryder, tornou-se um dos pioneiros do movimento de libertação animal, após trabalhar em laboratórios de pesquisa animal e criar o termo especismo: “Como raça ou sexo, espécie denota algumas diferenças físicas e outras, mas de forma alguma anula a grande semelhança entre todos os sencientes – nossa capacidade de sofrer” (RYDER, 1989). O termo foi difundido depois pelo escritor Peter Singer em sua obra *Libertação Animal*, livro considerado um clássico sobre o movimento pelos direitos dos animais.

Especismo é o preconceito ou a atitude tendenciosa de alguém a favor dos interesses de membros da própria espécie, contra os de outras.[...] Se o fato de possuir um elevado grau de inteligência não autoriza um ser humano a utilizar outro para os próprios fins, como seria possível autorizar seres humanos a explorar não humanos com o mesmo propósito? (SINGER, 2010, p. 11)

O movimento vegano reconhece que a globalização e o especismo estão intrinsecamente ligados à economia (WRENN, p. 14), não considerando os animais não-humanos como indivíduos com vontades e direitos próprios. O paradigma jurídico atual é marcado pelo modelo racionalista antropocêntrico, considerando apenas animais humanos na esfera de consideração moral e jurídica, alegando que somente estes teriam capacidade de agir moralmente (NEGRINI; JARDON, 2021). Em 2018, o Plenário do Senado Federal Brasileiro aprovou o artigo terceiro do Projeto de Lei da Câmara nº 27/2018, tratando da natureza jurídica dos animais não humanos, reconhecendo que “os animais não humanos possuem natureza jurídica *sui generis* e são sujeitos com direitos despersonalizados, dos quais devem gozar e obter tutela jurisdicional em caso de violação, vedado o seu tratamento como coisa” (BRASIL, 2018). Contudo, houve uma emenda para que esta tutela jurisdicional não se aplicasse aos animais empregados na produção agropecuária, pesquisa científica e aos que participam de manifestações culturais (vaquejadas, rodeios, etc.) (NEGRINI; JARDON, 2021). Ou seja, considerando o status quo positivado brasileiro, animais não humanos, tratando-se de animais utilizados nos meios de produção e entretenimento, ainda são considerados bens ou coisas.

A produção global de carne aumentou mais de cinco vezes desde 1950 (NEGRINI apud NIERENBERG, 2003). Como contraproposta à crescente mercantilização, objetificação de corpos e exploração de trabalho de todos os animais, o veganismo também cresce com a influência da globalização. Cada vez mais, aqueles no Ocidente que se voltaram para o veganismo o fazem por razões éticas (NEGRINI apud MAURER, 2002) e aqueles que se voltaram para o abolicionismo também estão interessados na cessação completa do uso e exploração de animais não humanos (WRENN apud FRANCIONE, 1996). Sobre a utópica visão abolicionista do movimento vegano, Corey Lee Wrenn analisa:

O abolicionismo vegano desafia a pragmática reforma assistencialista e prevê uma utopia crítica onde não há exploração ou uso de animais não humanos. Argumenta-se que o uso crescente de animais não humanos é uma das

consequências mais críticas da globalização e requer atenção sincera. Também se argumenta que o veganismo oferece um importante local de resistência à influência negativa da globalização. Especificamente, o abolicionismo vegano é a abordagem mais apropriada, pois considera seriamente nossa obrigação moral com os animais não humanos e adota uma ação incremental e baseada no consumo vegano para acabar com o uso de animais não humanos. (WRENN, 2011, p. 11, tradução nossa)

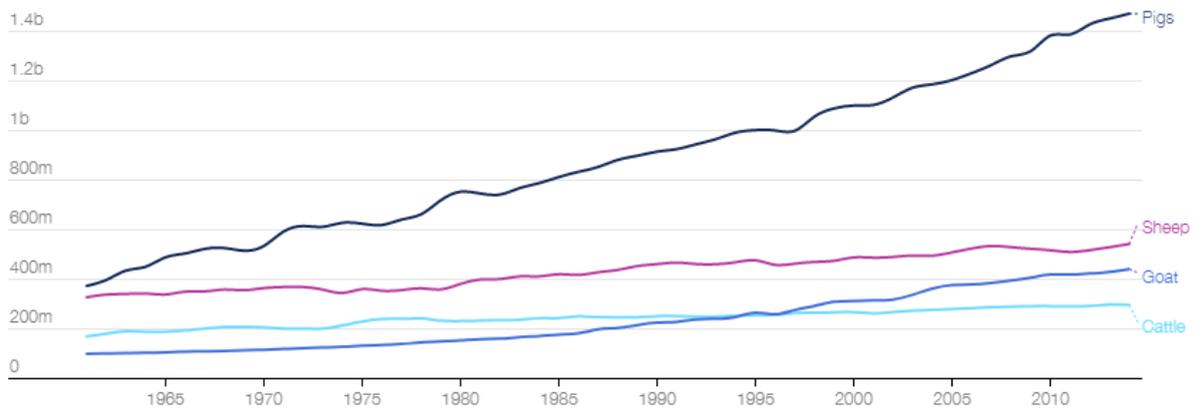
Atendendo a esta necessidade, o veganismo entra como um movimento de ação política da sociedade para o mercado (WRENN, 2011), onde os praticantes consomem com o propósito de boicotar produtos específicos. Através deste ato, os veganos passam uma mensagem, defendendo seus propósitos e reivindicações, além de demonstrar como as escolhas de consumo podem tornar-se um importante ato político (WRENN apud MICHELETTI; FOLLESDAL, 2007; SINGER; MASON, 2006). Dentro desta representatividade política, o veganismo pode ter diferentes significados individuais, como por exemplo: ética, identidade, escolhas de consumo, compromisso com a causa animal, proteção ao meio ambiente, luta contra o especismo, busca da libertação animal, práticas religiosas, entre outras. O indivíduo vegano político tenta realizar - com a melhor de sua capacidade - um mundo em que não haja violência, exploração ou opressão, enquanto trabalha nos níveis individual, político, cultural e estrutural para reduzir os danos e promover um mundo vegano, reconhecendo plenamente que, mesmo sendo veganos, são cúmplices desse sistema que é inerente à um ciclo de violência (JONES, 2016).

3.2 Desenvolvimento e atuação dentro da sociedade civil globalizada

O veganismo foi lentamente crescendo sua influência e atuação durante o século XX. Na entrada do século XXI, o veganismo já era um movimento social relativamente reconhecido e organizado, com demandas estruturadas e seu alcance progressivamente maior. A globalização é um fenômeno que favorece a conexão entre atores, sejam eles civis, instituições internacionais e estatais. Há distintas concepções e vieses associados à globalização, como por exemplo, a vinculação deste fenômeno ao aprofundamento do capitalismo (WRENN apud HOOGVELT, 2001) ou à disseminação global do neoliberalismo (WRENN apud HELD; MCGREW, 1999). Apesar de diferentes correntes de conceituações, a maioria dos estudiosos concorda que a globalização representa uma mudança tecnológica significativa e uma intensificação da conectividade que influencia a esfera social, econômica e política com alcance e resultados desiguais (WRENN apud RAYNOLDS, 2009). Para o presente artigo, será utilizada a concepção de globalização como um aprofundamento do capitalismo global neoliberal, considerando a mercantilização dos animais não humanos e a observação do consumo da população civil.

Considerando o estabelecimento de um mercado neoliberal comum, apresentam-se consequências como a disseminação do capitalismo e das desigualdades inerentes (WRENN apud GIDDENS, 1990; HOOGVELT, 2001; STEGER, 2009): a globalização para construir um sistema global de dominação (WRENN apud EVANS, 2008). Enquanto o estado real da desigualdade para os humanos resultante da globalização está em debate (WRENN apud HELD; MCGREW, 1999), não pode haver dúvida de que os animais não humanos estão sofrendo um aumento dramático na desigualdade considerando a ampliação nos números de animais usados e abatidos (WRENN, 2011).

Gráfico 1 - Número de animais abatidos para produção de carne a cada ano

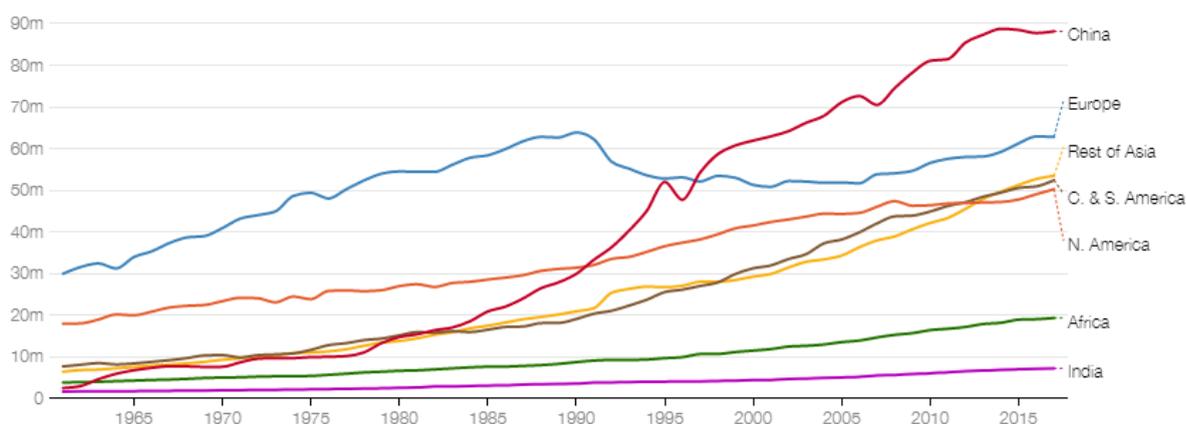


Fonte: UN Food and Agriculture Organization (2017)

A análise mais perceptível é o crescente aumento na produção de porcos, onde quase 1,5 bilhão são mortos para alimentar o crescente apetite por esta carne e derivados (como bacon, presunto e salsichas). Este número triplicou nos últimos 50 anos, onde tínhamos uma média de quase 400 mil abates de porcos antes da década de 1960. Tratando-se de ovelhas e gados, não tiveram significativos aumentos no número de abates, entretanto, este número exclui os bovinos utilizados na indústria de laticínios. O número de cabras abatidas ultrapassou o número de vacas consumidas durante a década de 1990 e segue em contínuo crescimento desde então. É importante pontuar que as galinhas não estão inclusas nesse gráfico e são utilizadas tanto para abate, quanto para produção de ovos. As aves também contam com um grande aumento no consumo, considerando que em 1961 apenas 12% da produção global de carne vinha de frango, pato, ganso, peru e aves. Agora, as mesmas representam um terço de toda a carne consumida mundialmente (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 2017). Por fim, quando caracterizamos este número referente aos animais marinhos, é quase impossível de calcular. Cento e cinquenta milhões de toneladas de frutos do mar foram produzidos para consumo humano em 2016 – quase metade da aquicultura em vez de pescadas (WORLD ECONOMIC FORUM, 2019), sem considerar o aumento da exploração daqueles que não foram imediatamente mortos, como os mamíferos utilizados em cativeiro em parques marinhos (HUMANE SOCIETY INTERNATIONAL, 2010).

Nos últimos 50 anos, o número de pessoas no planeta dobrou. Mas a quantidade de carne que comemos triplicou (WORLD ECONOMIC FORUM, 2019). A maior parte dessa crescente demanda veio de países de renda média, e particularmente da China, que tornou-se a maior consumidora de carne do mundo, conforme ilustrado no segundo gráfico abaixo.

Gráfico 2 - Consumo global de carne por região



Fonte: UN Food and Agriculture Organization (2019)

Em contraste ao crescente consumo chinês, o apetite por carne na Europa e na América do Norte se estabilizou ou diminuiu. O Continente Africano e a Índia consomem uma pequena fração da produção de carne mundial e mantêm um consumo médio, mesmo considerando o grande aumento populacional da Índia, por exemplo.

Tratando-se de consumo, a globalização traz diferentes impactos para a sociedade civil. Conforme já mencionado, em contraproposta ao crescente número de utilização de animais não humanos no consumo, também houve um grande aumento de indivíduos vegetarianos e veganos. A partir desta contraposição, cria-se debates e discussões, considerando que estes diferentes grupos divergem quanto à valores, expectativas e interesses.

Segundo Castells (2003), a dinâmica de atuação na sociedade civil global reflete um lugar dos conflitos na sociedade onde se aglutinam diferentes interesses, expectativas e valores, fazendo com que as sociedades historicamente mudem através destes conflitos. Essa dinâmica é mutável, constituindo-se através do tempo e da história, com a colaboração de movimentos reivindicatórios sociais. Através deste conflito, o veganismo entra como um movimento de ação política “de baixo para cima”, ou seja, da sociedade para o mercado (WRENN, 2011). Considerando que as escolhas de consumo impactam o mercado, o que escolhermos comprar e consumir pode se tornar um importante ato político (MICHELETTI; FOLLESDAL, 2007; SINGER; MASON, 2006). Parte do movimento vegano utiliza as próprias ferramentas da globalização para romper o *status quo*: disseminar o veganismo, boicotar marcas e incentivar produtos veganos. Considerando a característica interdependência da globalização, os consumidores percebem a capacidade de afetar a política, quebrando o *status quo* normativo e aproveitando a possibilidade de mudança inerente à globalização (PIVEN, 2007).

3.3 O veganismo como fator identitário

De acordo com Castells (2010), identidade é um processo de construção de significado baseado em um atributo cultural (ou um conjunto de atributos culturais inter-relacionados), e, este ocorre por meio de um processo de individualização. Esta construção vale-se através da matéria-prima fornecida por diversos atores, como a história, geografia, biologia, por elementos de instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva, por fantasias pessoais e também por aparatos de poder (CASTELLS, 2010). Tratando-se desta construção social de identidade, o presente artigo considera a identidade de projeto como a origem da identidade dos veganos. Esta definição ocorre pelo desejo de criar uma história pessoal,

atribuindo significado a todo o conjunto de experiências da vida individual, atuando contra o mercado (TOURAINÉ apud CASTELLS, 2010, p. 57).

Identidade de projeto: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social. [...] Neste caso, a construção de identidade consiste em um projeto de vida diferente, talvez com base em uma identidade oprimida, porém expandindo-se no sentido de transformação da sociedade como prolongamento desse projeto de identidade, como no exemplo mencionado anteriormente de sociedade pós-patriarcal, resultando na liberação das mulheres, dos homens e das crianças por meio da realização da identidade das mulheres. (CASTELLS, 2010, p. 56-58)

Em referência ao trecho acima, os veganos utilizam primariamente de seu abolicionismo para construir esta nova identidade, buscando como consequência a transformação da estrutura especista global. Através destas práticas, buscam uma remodelação social, baseando-se na luta de libertação animal.

Entretanto, apesar da definição de veganismo, alguns teóricos dedicam-se a entender os diferentes “modelos” de atuação, onde os indivíduos desempenham diferentes compromissos e ações. Segundo o filósofo Tom Regan (2001), existem basicamente três distintas posturas na relação animais humanos vs animais não humanos: a abolicionista, a reformista e a de defesa do *status quo*. Os abolicionistas exigem o fim da utilização de animais, seja como alimento, cobaias ou na natureza. Os reformistas visam tão-somente a um aprimoramento dos padrões de tratamento dado aos animais, como jaulas e gaiolas mais amplas, uso de anestésicos etc. Já os defensores do status quo não desejam mudar nada (REGAN, 2001, p. 4). Para analisar o fator identitário vegano dentro do presente estudo, utilizaremos as definições do autor Robert C. Jones (2016), onde é feita a divisão em três categorias: veganismo de identidade, veganismo de boicote e veganismo político revisionário.

O veganismo de identidade e o veganismo de boicote focam centralmente na rejeição do consumo de produtos animais não humanos, como uma escolha essencialmente individual de estilo de vida, expressando seu compromisso em diminuir o sofrimento e a morte que acompanham a mercantilização de seres não humanos sencientes (JONES, 2016). Para Robert C. Jones (2016), os indivíduos que se encaixam nessas identidades desconsideram a violência institucionalizada e sistematizada, o sofrimento, a exploração, a dominação, a objetificação e a mercantilização que animais humanos e não humanos estão submetidos para produção de bens de consumo, incluindo bens de consumo veganos (JONES, 2016). O veganismo político revisionista é amplo e limitado não apenas à rejeição do consumo de produtos animais, mas também à rejeição das estruturas e instituições que vinculam a mercantilização e exploração de animais, populações humanas vulneráveis e meio ambiente. Assim, o veganismo político não é uma escolha de estilo de vida alimentar pessoal, mas sim uma visão de mundo ativa e engajada dedicada à inclusão de animais não humanos na teoria e prática da justiça social (JONES, 2016).

O veganismo político reconhece as conexões entre e rejeita as estruturas de opressão – como excepcionalismo humano, especismo, racismo, sexismo, capacitismo e militarismo – enquanto enfatiza as relações entre o consumo de produtos animais e a destruição ambiental. [...] O veganismo político reconhece a ligação entre violência estrutural e exploração, e as estruturas capitalistas de consumo que impulsionam a demanda por alimentos veganos e outros bens de consumo “veganos”. Isso inclui as experiências e sofrimentos de animais não humanos e trabalhadores humanos em matadouros, o rastreamento e escravidão de trabalhadores rurais que cultivam e embalam alimentos veganos e o empobrecimento de crianças de Bangladesh que são espancadas e forçadas a trabalhar em turnos de 20 horas, 7 dias por semana, por centavos para produzir roupas que não contenham produtos de origem animal para

varejistas como o Walmart – para citar apenas um. Os veganos políticos também reconhecem o papel que os subsídios do agronegócio patrocinados pelo Estado desempenham no racismo alimentar que resulta quando esses subsídios disponibilizam alimentos ricos em gordura, baratos e à base de animais em bairros pobres que realmente precisam de alimentos saudáveis, integrais e à base de plantas. Dado que o veganismo político pode ser apenas uma aspiração, os veganos políticos fazem o possível para diminuir sua contribuição para o sofrimento global, opondo-se ativamente a essas indústrias e à fetichização da cultura de consumo de commodities. (JONES, 2016, p. 30 e 31)

Visto isso, podemos pensar no veganismo como um modo inerentemente *queer* de estar e relacionar-se com o mundo, em vez de uma categoria de identidade discursivamente fixa (QUINN; WESTWOOD, 2018). Assim como a sexualidade não resume-se às genitais, devemos resistir a reduzir o veganismo ao que colocamos em nossas bocas (SEDGWICK apud QUINN; WESTWOOD, 2018). Conforme apresentado, o veganismo é uma atuação muito mais abrangente do que apenas o abolicionismo consumista, considerando um emaranhado de identidade, prática política e conceitos éticos que opõem-se às estruturas antropocêntricas.

Dentro do contexto social, os indivíduos frequentemente debatem sobre questões de pureza e compromisso do veganismo. Conforme pontuado por Jones (2016), parece haver uma crescente percepção pública que os veganos veem a si mesmos como melhores ou moralmente superiores aos não-veganos; que às vezes podem parecer “pregadores”; e que eles podem exibir uma espécie de fanatismo hipócrita, agindo como a “polícia vegana” que promulga o veganismo como a única e universal forma de combater a violência sistemática contra os animais. Esta visão de que a única maneira ética de viver é através da adoção de um estilo de vida vegano, é justamente o chamado veganismo de identidade, que prega que “suas mãos estão limpas de sangue”, ignorando todo o ciclo de violência sistêmica.

Pelos motivos apresentados, para que o movimento vegano mantenha sua capacidade de provocar debates e transformações no meio acadêmico, político e social, o mesmo não pode ser objetificado como um código moral que preocupa-se apenas com “comer”. As formas de veganismo que se concentram apenas na identidade ou no boicote econômico devem ser criticadas por seu excesso de investimento na auto imagem, ignorando o vasto impacto ambiental ou a exploração de vidas humanas envolvidas mesmo com produtos rotulados como veganos (JONES, 2016).

3.4 A importância da agenda ambiental para o movimento civil globalizado

Até a década de 1980, as mudanças climáticas eram praticamente desconhecidas para a população mundial, circulando apenas por gabinetes de ativistas ambientais, acadêmicos e alguns líderes políticos (BARBOSA, 2008). Foi a partir de 1988 que a pauta passou a ser politizada, entrando para a agenda das Relações Internacionais com o estabelecimento do IPCC (*Intergovernmental Panel on Climate Change*), além da adoção da Convenção do Clima em 1992 e do Protocolo de Kyoto, em 1997. Também em 1997, foi realizada a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade, Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade, realizada pela Unesco, na Grécia. Nela, insistiu-se muito na questão do “consumo responsável” (GADOTTI, 2008).

Em 2007, as mudanças climáticas deixam de ser encaradas exclusivamente como uma questão política, alcançando um status de segurança internacional (BARBOSA apud WAEVER, 2009; BRAUCH, 2008), quando esta foi levada pela primeira vez ao Conselho de Segurança das Organizações das Nações Unidas. Em decorrência do processo de securitização das mudanças climáticas, iniciou-se uma narrativa de desafio a todas as dimensões de segurança (individual, econômica, social, ambiental, política, nacional e internacional), ou

seja, uma “ameaça multiplicadora” (*threat multiplier*) com potencial para agravar tendências, tensões e instabilidades já existentes (COMISSÃO EUROPEIA, 2008).

Considerando o movimento do sistema internacional para a cooperação de desenvolvimento sustentável, somando os riscos à segurança humana e estatal provocada pelas mudanças climáticas, fica evidente o papel dos consumidores como uma força que pode agir em direção a um estilo de vida mais sustentável. (GADOTTI, 2008).

Como consequência, a sociedade civil iniciou uma movimentação de atenção às pautas ambientais, considerando o aquecimento global como uma ameaça à segurança humana. Em 2010, a UNEP (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) divulgou um relatório onde concluía que uma mudança global para uma dieta vegana seria vital para salvar o mundo da fome, pobreza de combustível e impactos das mudanças climáticas (THE GUARDIAN, 2010). A publicação deste relatório foi vital para a visibilidade da urgência de tornar-se vegano, com a inclusão da pauta ambiental como um dos motivos. A partir da inclusão das mudanças climáticas como ameaça à vida sustentável na terra, os indivíduos passaram a tornar-se veganos não só pelos animais não humanos, mas também pela sobrevivência dos próprios seres humanos.

A última década viu inúmeros relatos do impacto devastador da agricultura animal e do consumo em massa de carne no meio ambiente, agravado por um aumento sem precedentes na população humana global, previsto para chegar a 9,7 bilhões em 2050, e a antecipação de uma explosão concomitante na demanda por produtos animais. O veganismo, como resposta a essas crises, aumentou rapidamente nas últimas décadas. Emergindo ao lado do crescente conhecimento sobre cognição animal, inteligência e discursos de direitos, o veganismo passou da obscuridade, desde sua cunhagem em 1944, para o domínio do discurso social, político e econômico. Por exemplo, o relatório da ONU de 2010 defendeu uma mudança global para dietas sem carne e laticínios; [...] Numerosos estudos proclamam que o veganismo é uma dieta viável, possível e praticável desde o nascimento e talvez até mais saudável do que as dietas convencionais à base de carne e laticínios. A relevância urgente do veganismo para os atuais debates éticos e ambientais sinaliza a necessidade de abordá-lo como um tópico sério de estudo por direito próprio. (QUINN; WESTWOOD, 2018, p. 6, tradução nossa)

Desde pelo menos 1990, a agropecuária é o segundo maior emissor de gases de efeito estufa no Brasil, respondendo por 27% do total das emissões brutas atuais (SISTEMA DE ESTIMATIVAS DE EMISSÕES E REMOÇÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA, 2022). Além disso, o maior emissor no Brasil é uma atividade diretamente ligada ao agronegócio: o desmatamento, responsável por 46% das emissões brutas atualmente (SISTEMA DE ESTIMATIVAS DE EMISSÕES E REMOÇÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA, 2021). Na Amazônia Brasileira, as principais atividades responsáveis pelo desmatamento são a pecuária, a agricultura de larga escala e a agricultura de corte e queima. Dessas causas, a expansão da pecuária bovina é a que mais causa impacto, causando a remoção temporária ou parcial da floresta para a sua conversão em áreas de pastos e agrícolas (RIVERO; ALMEIDA; ÁVILA; OLIVEIRA, 2009).

Por conseguinte, na contemporaneidade, o veganismo é motivado para muitos, antes de tudo, por preocupações ambientais (QUINN; WESTWOOD, 2018). Certamente, a resistência do veganismo à opressão, violência e dominação que caracteriza as atuais redes globais de exploração contra animais não humanos pode ser vista como um sintoma de uma atitude humana antropocêntrica em relação ao meio ambiente de forma mais ampla (QUINN; WESTWOOD, 2018).

Considerando o exposto, o veganismo é um poderoso vetor de mudança rumo a uma ética ecocêntrica (BRÜGGER, 2009), em oposição ao antropocentrismo, onde o sistema de valor está centrado exclusivamente no homem e não na natureza. A agenda ambiental trouxe

um senso de urgência para que os indivíduos se tornem veganos, para além de questões éticas, de saúde ou de reconhecimento dos direitos dos animais. Entretanto, conforme destacado por Quinn e Westwood (2018), enquanto a atual crise ambiental encoraja a adoção, legitimação e imaginação de possíveis futuros veganos, o veganismo permanece fundamentado em compromissos éticos, práticos, econômicos e afetivos com a proteção e cuidado de animais não humanos. Seja adotado por motivos de saúde, ambientais, econômicos, culturais, religiosos ou éticos, o fim do uso explorador de animais não humanos para benefício humano permanece central para a definição de práxis vegana e constitui o cerne do desejo utópico que a sustenta (QUINN; WESTWOOD, 2018).

4 CONCLUSÃO

Ao final deste trabalho, conseguimos mostrar que o veganismo, através de práticas individuais e estratégias organizacionais do movimento, executam práticas políticas que influenciam no mercado neoliberal global. Através de diferentes ações e tipos de ativismo, os veganos constroem sua identidade se relacionando com os atores sociais e buscando como consequência a transformação da atual estrutura especista.

Analisando sob uma ótica de sociologia das Relações Internacionais, os diferentes debates dentro da sociedade civil sobre práticas veganas geram um importante engajamento e atenção para as demandas do grupo. O veganismo é um movimento social globalizado, que conta com atores civis, sociais e políticos para atuar dentro do sistema internacional. Conforme apresentado no decorrer do trabalho, há pontos de inflexão sobre uma identidade global, sendo difícil categorizar uma só pureza e tipo de compromisso com o movimento social. Para alguns veganos, consumir um hambúrguer vegano em alguma rede de *fast-food* estrangeira é praticar e incentivar o veganismo, enquanto para outros, é incentivar o *vegan-washing*. *Vegan-washing* é um termo que representa a prática de atores que promovem discursos, propagandas e produtos veganos, mas sem a real preocupação com as demandas centrais do movimento. Resumidamente, no exemplo citado, a rede de *fast-food* não está comprometida em proteger os animais ou combater o especismo, mas utilizando da cooptação desta pauta para vender seu produto. Esta questão é complexa, abrindo caminho para um estudo mais aprofundado, onde poderá ser analisado os dessemelhantes impactos no mercado neoliberal global.

Explorando a articulação do movimento social na sociedade civil globalizada, mostramos que a institucionalização do grupo é relativamente recente, uma vez que a *The Vegan Society* completa 78 anos em novembro do presente ano. Ainda assim, o veganismo apresenta-se como um movimento social em constante crescimento, contando com autores teóricos veganos, que dedicam-se em entender os principais desafios do movimento para que assim, siga expandindo sua influência.

Por fim, mostramos que o veganismo político não é apenas uma construção teórica ou uma dieta a seguir, mas uma chamada para ação e engajamento da sociedade civil global para lutar contra o especismo e as práticas exploratórias do mercado. Nesta linha, o artigo demonstrou como é possível praticar, incentivar e globalizar o veganismo, sem necessariamente abolir o consumo de todos os produtos de origem animal. É preciso utilizar de nosso privilégio para reduzir (e se possível um dia, eliminar) o sofrimento nas relações de consumo, buscando uma sociedade mais justa e sustentável. Principalmente no século XXI, o veganismo cooptou a urgência das pautas ambientais, demonstrando como este pode ser um influente vetor de mudança em busca de um sistema ecocêntrico, onde os valores sociais estão intrinsecamente centrados na natureza.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Luciana Mendes. **Explorando a construção de ameaças:** a securitização das mudanças climáticas no sistema internacional. 2008. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei da Câmara nº 27 de 12 de fevereiro de 1998.** Ementa: acrescenta dispositivo à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a natureza jurídica dos animais não humanos. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/133167#:~:text=Determina%20que%20os%20animais%20n%C3%A3o,o%20seu%20tratamento%20como%20coisa.> Acesso em: 11 jun. 2022.
- BRÜGGER, P. Nós e os outros animais: Especismo, Veganismo e Educação Ambiental. **Linhas Críticas**, [S. l.], v. 15, n. 29, p. 197–214, 2012.
- CARUS, Felicity. Un urges global move to meat and dairy-free diet: Lesser consumption of animal products is necessary to save the world from the worst impacts of climate change, UN report says. **The Guardian**, Londres, 02 jun. 2010. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2010/jun/02/un-report-meat-free-diet>. Acesso em: 21 abr. 2022.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede:** a era da informação. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2002.
- CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade:** a era da informação. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010.
- CHUCK, Chelsea, FERNANDES, Samantha A. & HYERS, Lauri L., **Awakening to the politics of food:** politicized diet as social identity, Appetite, 2016.
- COMISSÃO EUROPEIA. **Alterações climáticas e segurança internacional.** Documento do Alto Representante e da Comissão Europeia para o Conselho Europeu. 2008. Disponível em: https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/pt/reports/99395.pdf. Acesso em: 30 mai. 2022.
- EMBRAPA. **Um mundo mais vegetariano, flexitariano e vegano.** Disponível em: <https://www.embrapa.br/visao-de-futuro/transformacoes-rapidas-no-consumo-e-na-agregacao-de-valor/sinal-e-tendencia/um-mundo-mais-vegetariano-flexitariano-e-vegano>. Acesso em: 24 jun. 2022.
- GADOTTI, Moacir. **Educar para a Sustentabilidade:** uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.
- GOOD FOOD INSTITUTE. **Relatório publicado:** 2021 U.S. Retail Market Insights. Plant-based foods. p. 11
- IBOPE INTELIGÊNCIA. **Pesquisa de opinião pública sobre vegetarianismo.** Brasil, 2018.

IPEC - INTELIGÊNCIA EM PESQUISA E CONSULTORIA ESTRATÉGICA. **Pesquisa De Opinião Pública Sobre Vegetarianismo**. Brasil, 2021.

JONES, Robert C. **Veganisms**. Critical Perspectives on Veganism, The Palgrave Macmillan Animal Ethics Series, 2016.

MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de; CACHAPUZ, Maria Cláudia Mércio. **Autonomia e capacidade a animais não-humanos**. 2017. 23 f, Universidade La Salle, Florianópolis, 2017.

MODELLI, Laís. O que o bife do almoço tem a ver com a mudança climática? Entenda. **G1**, 02 nov. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2021/11/02/o-bife-de-todo-dia-e-um-problema-ambiental-entenda-como-a-carne-ajuda-a-agravar-a-crise-climatica.ghtml>. Acesso em: 13 jun. 2022.

NEGRINI, Vanessa; JARDON, Gabriela. **O direito animal achado na rua: introdução crítica ao direito como liberdade**. 2021. 24 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

QUINN, Emelia, WESTWOOD, Benjamin. **Thinking veganism in literature and culture: towards a vegan theory**. Springer Verlag. pp. 27-54, 2018.

RIVERO, Sérgio; ALMEIDA, Oriana; ÁVILA, Saulo; OLIVEIRA, Wesley. Pecuária e desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. **Nova Economia**, [S.L.], v. 19, n. 1, p. 41-66, 2009. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-63512009000100003>.

SECURITY COUNCIL. **Security council holds first-ever debate on impact of climate change on peace, security, hearing over 50 speakers**. 2007. Disponível em: <https://www.un.org/press/en/2007/sc9000.doc.htm>. Acesso em: 30 mai. 2022.

SINGER, Peter. **Libertação Animal: o clássico definitivo sobre o movimento pelos direitos dos animais**. 3. ed. São Paulo: Wmf Martins Fontes Ltda, 2010. 432 p.

SOCIEDADE VEGETARIANA BRASILEIRA. **Segunda Sem Carne do Brasil é a maior do mundo**. 2017. Disponível em: <https://www.svb.org.br/2456-segunda-sem-carne-do-brasil-e-a-maior-do-mundo>. Acesso em: 24 jun. 2022.

THE VEGAN SOCIETY (org.). **Ripened by human determination: 70 years of the vegan society**. Londres: The Vegan Society, 2014.

THE VEGAN SOCIETY. **Worldwide growth of veganism**. Disponível em: <https://www.vegansociety.com/news/media/statistics/worldwide>. Acesso em: 21 abr. 2022.

THORNTON, Alex (ed.). This is how many animals we eat each year. **World Economic Forum**, Genebra, 08 fev. 2019. Disponível em:

<https://www.weforum.org/agenda/2019/02/chart-of-the-day-this-is-how-many-animals-we-eat-each-year/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

TRIGUEIRO, Aline. **Consumo, ética e natureza: o veganismo e as interfaces de uma política de vida**. 2013. 24 f. TCC (Graduação) - Curso de Sociologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

WRENN, Corey Lee. Resisting the globalization of speciesism: vegan abolitionism as a site for consumer-based social change. **Journal for Critical Animal Studies**, Colorado State University, v. 9, n. 3, p. 9-27, 2011.

WRIGHT, Laura. **The vegan studies project**. Georgia: University Of Georgia Press, 2015.

AGRADECIMENTOS

Foi um ano inteiro de muitos sentimentos, considerando todo o período de pesquisa deste estudo, iniciado na metade de 2021. Hoje, finalizando este artigo com alguns dias de antecedência do prazo de entrega final, posso perceber todo esforço dedicado para que este dia chegasse. Obviamente, conforme demonstrei durante todo o artigo, diversas influências e fatores impactam na construção de um movimento. Por isso, venho através deste texto agradecer as tantas pessoas que estiveram envolvidas na construção deste trabalho.

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha família. Sempre fomos oficialmente cinco, mas ao mesmo tempo, nunca somente este número. Tata, Mamãe, Ellen e Elian serão sempre a base de qualquer agradecimento. Sem o apoio, amor e dedicação das pessoas que auxiliaram na minha formação como cidadã, jamais estaria concluindo esta graduação. Foi através de toda a assistência que pude desmoronar e ser reerguida novamente. Por todo esse privilégio eu agradeço: aos meus pais, meus irmãos, tias, primos, pets e demais parentes. Neste agradecimento, gostaria de prestar uma homenagem ao Vovô Martinho, o qual perdi de uma maneira abrupta durante o processo de escrita deste estudo. Vovô, sinto que estou cruzando a primeira linha de chegada sem teu apoio, celebração e várias palminhas de *emoji* do WhatsApp. Durante minha vida, tu foi meu alicerce e nunca falhou em me prover toda segurança do mundo. Dói bastante não te ter aqui durante esta conquista, mas agradeço muito por ter te tido durante tanto tempo da minha graduação. Serei a terceira neta a se formar e sei que de alguma forma, o senhor vai estar celebrando conosco. Em sua homenagem, posso agradecer também às taças de vinho que me ajudaram na inspiração da redação e brindarei eternamente a tua lembrança.

Aos meus amigos, não tenho suficientes palavras que demonstrem o quão sortuda sou por ter toda essa parceria. Fui muito mimada, querida e incentivada durante este trabalhoso processo, nunca faltando frases de carinho e motivação para que eu pudesse acreditar em mim. Por isso, agradeço a todos meus amigos da faculdade, da escola, do trabalho, do escoteiro e da vida, que me proporcionaram relacionamentos tão saudáveis e maduros. Agradeço especialmente à Nathalia Franco, Augusto Rodrigues, Andreas Arnold e Maria Gabriela, que nunca medem esforços para prestar amparo, auxílio e encorajamentos.

Também gostaria de agradecer à Universidade La Salle, meu orientador Fabricio Pontin e à bibliotecária Michele Oliveira. Não há dúvidas de que a conclusão deste só foi possível mediante ao suporte da instituição e seus funcionários, que demonstraram profissionalismo, paixão e empatia durante todo o desenvolvimento deste trabalho.

Gostaria de finalizar agradecendo as minhas guias e mentoras espirituais, com que me conectei de maneira singular durante o período deste estudo. Sentir esta presença de assistência maior foi muito importante, honrando minha ancestralidade e a luta de tantas mulheres que viveram e sofreram antes de mim. Finalmente, gostaria de agradecer pelas oportunidades que tive durante a vida e enaltecer as políticas públicas de acesso à educação, do qual eu e minha família orgulhosamente usufruímos. Viva o PROUNI!